

Um ministério dos industriais



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

FERNANDO FERREIRA COSTA

Coordenador Geral da Universidade

EDGAR SALVADORI DE DECCA

EDITORIA
UNICAMP

Conselho Editorial

Presidente

PAULO FRANCHETTI

ALCIR PÉCORÁ – ARLEY RAMOS MORENO

JOSÉ A. R. GONTIJO – JOSÉ ROBERTO ZAN

MARCELO KNOBEL – MARCO ANTONIO ZAGO

SEDI HIRANO – YARO BURIAN JUNIOR

Alvaro Bianchi

UM MINISTÉRIO DOS INDUSTRIAIS
A Federação das Indústrias do Estado de
São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

B47m Bianchi Mendez, Alvaro Gabriel
Um ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990 / Alvaro Bianchi. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

1. Empresários. 2. Ação coletiva. 3. Brasil – Política e governo, 1980-1998.
I. Título.

CDD 658.42
340.5
ISBN 978-85-268-0908-6 320.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Empresários	658.42
2. Ação coletiva	340.5
3. Brasil – Política e governo, 1980-1998	320.981

Copyright © by Alvaro Bianchi
Copyright © 2010 by Editora da Unicamp

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editora.unicamp.br – vendas@editora.unicamp.br

Agradecimentos

O presente livro é uma versão de minha tese de doutorado em ciências sociais defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH–Unicamp), sob a orientação paciente e generosa do professor Sebastião Velasco e Cruz. Brasília Sallum Jr. e Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes participaram das bancas de qualificação e de doutorado, contribuindo de modo decisivo para os rumos da pesquisa. A estes se somaram Armando Boito Jr. e Ruy Braga, para, em uma agradável manhã de outono típica de Campinas, discutirem aberta e intensamente esses rumos na defesa de tese. A todos os meus agradecimentos. Com os historiadores Henrique Carneiro e Sílvia Miskulin também tive a oportunidade de conversar sobre alguns temas presentes neste trabalho e outros bastante distantes dele em longas e agradáveis conversas. Valério Arcary, Waldo Mermelstein e Fernando Silva, pelas mesmas razões, também devem ser lembrados.

O senhor Júlio Sérgio Gomes de Almeida, diretor executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento da Indústria (Iedi), apresentou-me a entidade e seus estudos, e a coordenadora de expediente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), senhora Celeste Giolo, franqueou-me o acesso a importantes documentos. A eles registro minha gratidão. O mesmo digo dos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, do Arquivo Edgard Leuenroth e das bibliotecas da Universidade Metodista de São Paulo e do IFCH da Unicamp, onde realizei parte da pesquisa documental que sustentou este livro.

Com a desestabilização da economia de mercado, começamos a reconhecer os monumentos da burguesia como ruínas antes mesmo que eles tenham desmoronado.

Walter Benjamin, *Das Passagen-Werk*

Sumário

<i>Introdução</i>	11
-------------------------	----

Parte 1

PARA UM ENFOQUE RELACIONAL DO ASSOCIATIVISMO

1 <i>Capitais particulares e interesses coletivos</i>	25
2 <i>Relações de forças, ação coletiva e intelectuais do capital</i>	37
3 <i>Nem subalternidade passiva, nem ativismo hegemônico</i>	47

Parte 2

GÊNESE E ESTRUTURA DO “MINISTÉRIO DOS INDUSTRIAIS”

4 <i>Da “associação civil” ao “órgão de colaboração”</i>	69
5 <i>Construindo a identidade por meio de instituições</i>	87
6 <i>Engenharia institucional e representação</i>	101

Parte 3

O NOVO SINDICALISMO PATRONAL

7 <i>Quando velhos personagens entram em cena</i>	115
8 <i>Crise e redefinição do projeto empresarial</i>	137
9 <i>A emergência da questão social</i>	155

Parte 4

A LUTA POR UM PROJETO EMPRESARIAL

10 <i>Os industriais paulistas e a crise brasileira</i>	167
---	-----

11	<i>O neoliberalismo como alternativa</i>	185
12	<i>A grande batalha: as eleições de 1992 na Fiesp</i>	207

Parte 5

ENTRE DOIS LIBERALISMOS

13	<i>Desnacionalização, desindustrialização e especialização regressiva</i>	235
14	<i>O liberal-desenvolvimentismo como alternativa empresarial</i>	249
	<i>Conclusão</i>	259
	<i>Referências bibliográficas</i>	269

Introdução

Este livro é o resultado de uma investigação sobre o empresariado brasileiro levada a cabo durante vários anos. Correndo-se o risco de reconstruir arbitrariamente esse percurso para dar-lhe uma unidade nem sempre tão assumida, a definição mais sintética do tema sobre o qual tal pesquisa gravitou seria a seguinte: as relações dos empresários com o Estado em um contexto de crise orgânica¹.

A continuidade temática não deve dar a impressão, entretanto, de repetição *ad nauseum*. Com o passar dos anos, as fronteiras espaciais e temporais do projeto foram sendo alargadas e suas dimensões teóricas e analíticas, refinadas, em parte porque esse é o percurso próprio de toda investigação, em parte porque esse é o caminho percorrido por todo pesquisador que ambicione dar inteligibilidade a seu objeto. Assim, o que começou como um estudo sobre uma pequena associação empresarial, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), e suas relações com o governo Fernando Henrique Cardoso (cf. Bianchi, 2001), acabou desembocando em uma análise da evolução da mais importante entidade patronal do país, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

1 Uma crise é orgânica quando afeta o conjunto das relações sociais e é a condensação das contradições inerentes à estrutura social. Para a eclosão dessa *crise orgânica*, é preciso a coincidência dos tempos de uma crise de acumulação do capital com o acirramento dos choques entre as classes e no interior delas próprias entre suas frações. Sobre o conceito gramsciano de crise orgânica, ver Bianchi (2002).

Sem dúvida, quando se pensa no empresariado brasileiro e nas suas entidades representativas, logo vem à mente a Federação paulista. De tal modo que não poucas vezes ela foi tratada como o “partido dos patrões”. Etimologicamente, mas também na sua gênese histórica, um partido é uma “fração”, ou seja, “um número de cidadãos, quer a maioria ou a minoria do conjunto, unidos e atuando de acordo com algum impulso comum de paixão ou interesse” (Madison, Hamilton e Jay, 1987, p. 123). Nessa definição extremamente laxa, e apenas nela, é possível aproximar a associação empresarial a um partido. Mas é preciso lembrar, também, que um partido não é uma associação política completamente homogênea. Nele, o conflito também encontra seu lugar. Assim, se usamos aqui essa ideia do partido patronal, é apenas em um sentido metafórico, com vistas a passar pela fresta que abre e pensar a Federação patronal em suas relações com os grupos sociais que não fazem parte dessa “fração”.

Em uma daquelas anotações instigantes que fez em seus cadernos na prisão, Antonio Gramsci fornece a chave teórica que guiou, em grande medida, a presente investigação. Diz ele:

a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas esse grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Somente do quadro global de todo o conjunto social e estatal (e, frequentemente, também como interferências internacionais) é que resultará a história de um determinado partido; por isso, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um aspecto seu característico (Gramsci, 1977, p. 1.630).

E é isso o que a pesquisa aqui apresentada objetivava: escrever sobre a história recente do Brasil a partir de “um aspecto característico”. Cabe justificar mais uma vez a escolha do tal “aspecto”. É quase como exteriorização de uma frustração que artigos ou livros sobre o empresariado frequentemente começam identificando a escassa atenção que este tem recebido por parte das ciências sociais.

Não se trata de um problema nacional, um lapso tropical capaz de desviar o olhar ou impedir que ele se fixe com mais vagar sobre esse objeto. Vale lembrar o influente projeto internacional de pesquisa coordenado por Schmitter e Streeck em 1981. Nele, o objetivo da pesquisa era anunciado e justificado ao mesmo tempo, para evitar a perplexidade que

o próprio poderia causar: “Por que estudar as associações empresariais?”, perguntavam então seus autores (Schmitter e Sreeck, 1999)².

Pelo menos na América Latina, a pergunta original de Schmitter e Sreeck pode ainda fazer sentido se for refinada, decantando seu caráter justificativo. Os últimos 30 anos viram um tal desenvolvimento dos estudos sobre o empresariado que tornam dispensável ter de justificar a comunidade de negócios e suas organizações como um objeto de estudo.

O desenvolvimento dessas pesquisas é desigual e seria realmente interessante elucidar as razões dos diferentes ritmos, estudando a construção social do objeto de investigação. Mas não é esse o objetivo aqui. Como já foi dito, trata-se de argumentar a favor de uma escolha temática. O que justifica, pois, a renovada atenção que o empresariado latino-americano tem recebido em nosso continente e para além dele?

Não está entre as maiores virtudes dos cientistas sociais o poder de antecipação. Com mais frequência, o olhar dos investigadores recai sobre fenômenos sociais que já são perceptíveis a olho nu e que marcam sua presença em um espaço público ampliado. Evidentemente, com base no estudo minucioso desses fenômenos e de suas dinâmicas internas, é possível avaliar tendências, ou seja, apontar possíveis desdobramentos futuros de uma realidade presente. Mas a compreensão desse presente parece ser o que em primeiro lugar atrai a atenção do cientista social.

As razões da difusão dos estudos sobre o empresariado devem ser procuradas, portanto, no presente e não no futuro. O que tem chamado a atenção dos cientistas sociais é uma *renovada politização da ação empresarial no continente latino-americano*, que tem início a partir da década de 1970 e que ganhou impulso nos conturbados anos 1980. No Brasil esse impulso também se fez notar. Cabe destacar que foi a emergência do empresariado no cenário político nacional a partir da campanha contra a estatização lançada em 1974 que o colocou no centro das preocupações de número pequeno mas relevante de pesquisadores.

2 Escrito originalmente em 1981, o projeto de pesquisa sobre a organização dos interesses empresariais rodou o mundo sob a forma de fotocópias passadas de mão em mão. Em 1999, o Max-Planck Institute publicou novamente o texto sob a forma de *Discussion Paper* e o disponibilizou na Internet. O projeto desenvolvido por Schmitter e Sreeck não chegou a se materializar em livro, muito embora tenha dado origem a um grande número de estudos, principalmente no continente europeu, contribuindo para dar ao empresariado o *status* de objeto de pesquisa. Dentre as pesquisas que se desenvolveram nos marcos desse projeto, ver os estudos monográficos de Coleman (1988), Coleman e Grant (1988) e Sreeck (1992).

Utilizando procedimentos metodológicos e abordagens teóricas diferenciadas, um núcleo temático foi partilhado por essas pesquisas: a própria campanha contra a estatização, a transição democrática e, posteriormente, a difusão do ideário neoliberal e a aplicação prática de seu programa. Em sua maioria, esses estudos, debruçando-se sobre os últimos 20 ou 30 anos, procuraram reconstituir a trajetória da ação coletiva empresarial e suas complexas relações com o Estado³.

O inesperado ativismo que o empresariado brasileiro manifestou a partir de meados da década de 1970 foi apenas o início de um longo período de transformação da representação empresarial. Assim como em 1978, esse ativismo, que se estendeu pelos anos 1980 e 1990 atravessando ondas de fluxo e refluxo, repercutiu de maneira intensa no interior da Fiesp. De maneira intensa, mas não homogênea. A Federação foi também lugar de luta política, de construção de projetos políticos e econômicos.

Este é o tópico a partir do qual foi formulado o problema que guiou a presente pesquisa: Em um contexto marcado pela crise orgânica, combinação de uma crise econômica com uma crise política, quais são as saídas para essa situação que se desenham no interior da Fiesp? Quais são os suportes sociais e políticos dessas diferentes alternativas? Qual é o resultado do embate de projetos que ocorre no interior da Federação durante as décadas de 1980 e 1990?

Algumas hipóteses que nortearam a investigação podem ser aqui antecipadas:

1) A maneira como foi formulada a pergunta pressupõe a existência de vários projetos em confronto. E não poderia ser diferente. A crise divide, fraciona. Tais situações criam as condições para a emergência de impulsos hegemônicos, para a criação e recriação de projetos. Situações de crise fazem emergir uma pluralidade de respostas. Mas nem todos os projetos nascidos em seu interior têm uma vocação hegemônica. É possível perceber uma gama de respostas à crise que não transcendem o nível econômico-corporativo, ou seja, que, em vez de procurar uma solução global para uma crise também global, apresentam projetos pon-

3 Por exemplo, Boschi, Diniz e Santos (2000), Bianchi (2001), Codato (1997), Cruz (1995, 1997, 1997a), Diniz (1997, 2000) e Leopoldi (2000).

tuais que têm como objetivo diminuir as perdas de um determinado setor ou grupo social.

2) Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a alternativa neoliberal acabou prevalecendo no interior da Fiesp. Um consenso empresarial foi construído em torno da revalorização do mercado como agente da regulação econômica e do programa mínimo de reformas econômicas compatível com tal revalorização. Tal programa mínimo inclui a privatização das empresas estatais, as reformas da previdência, administrativa, tributária e trabalhista, a defesa da estabilização monetária, a desregulamentação estatal e a liberalização dos mercados.

Mas é importante destacar que, articulado em torno de princípios liberais abstratos, tal consenso empresarial deixa ainda muito espaço para o conflito projetivo. Projetos econômico-corporativos e hegemônicos coexistem, confrontam-se, articulam-se e reordenam-se continuamente, de tal modo que a configuração resultante em determinado momento é expressão da relação de forças entre as diferentes frações do empresariado e destas com o Estado e as classes subalternas. As formas de aplicação desse programa, principalmente no que diz respeito à abertura comercial, é tema de intensas disputas no interior do empresariado. Daí que seja possível identificar ao longo desse período diferentes formulações patronais sobre um mesmo tema. A pesquisa deve identificar os avanços e recuos da afirmação da alternativa neoliberal.

3) O trabalho de pesquisa não deve limitar-se, entretanto, à identificação dos diferentes projetos existentes. É preciso perceber quais eram as forças sociais em confronto durante esse período, ou seja, quais as bases sociais desses projetos. Isso implica perceber as relações de forças políticas, as diferentes frações em conflito no interior da Federação, mapeando o embate de projetos em uma situação de crise e a “personificação” destes por meio de dirigentes empresariais. Tais líderes empresariais são tomados, aqui, como intelectuais orgânicos/condensados, no sentido gramsciano do termo (ver cap. 2).

Os estudos sobre o empresariado latino-americano têm destacado que diferentes frações empresariais tendem a reagir de modo diferente perante as reformas econômicas de cunho neoliberal. Setores com vínculos mais fortes com o mercado interno tendem a se opor à abertura comercial, por exemplo, enquanto setores dominados por empresas transnacionais pressionam por uma maior abertura. A hipótese é que o

progressivo deslocamento da Fiesp em direção a um projeto neoliberal foi acompanhado por uma mudança na relação de forças no interior da Federação, com o fortalecimento das frações empresariais que possuíam laços mais sólidos com o mercado externo.

O problema de pesquisa e as hipóteses formuladas a partir dele foram construídos de tal maneira que suas soluções permitissem avançar novas questões de pesquisa que servissem de interrogações para investigações futuras. O alcance cronológico da pesquisa — aproximadamente 20 anos — colocou alguns obstáculos que deveriam ser contornados: Quais eram as fontes necessárias à investigação? Como evitar que o excesso de informações disponível sobre o período inviabilizasse a própria pesquisa? Como separar o material relevante para o teste das hipóteses daquele que não o é?

O *design* da pesquisa deveria levar em conta esses obstáculos formulados aqui sob a forma de perguntas. E não era a interrogação, ela própria, um obstáculo perante o qual a reflexão se detinha para recobrar fôlego e assim prosseguir? Antes de avançar, vale a pena olhar para trás e ver para que direção o problema de pesquisa e as hipóteses apontavam. Tratava-se de um conjunto de questões circunscritas pela temática de pesquisa sobre a qual estavam construídas. O foco não estava na ação empresarial nem na crise orgânica, e muito menos no assim chamado projeto neoliberal. Para perceber de maneira mais precisa os contornos daquilo que era até esse ponto um grosseiro rascunho, era necessário focalizar as relações que se estabeleciam entre essas três dimensões em uma dada situação.

Pretenciosa como era, essa formulação, sem maiores desenvolvimentos, teria o efeito de transformar os problemas *de* pesquisa no problema *da* pesquisa. Como evitar essa perigosa mutação? A opção adotada utilizava um recorte cronológico que destacava desses quase 20 anos dois momentos nos quais a renovação do ativismo empresarial coincidia com momentos de recrudescimento da crise orgânica e de definição projetiva: as eleições de 1980 e 1992 para a Diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Toda seleção é arbitrária, mas esta tinha a vantagem de não ser aleatória. Foi nessas situações que o debate empresarial ganhou tonalidades mais fortes, embora possam ser discutidas as variações em intensidade. Nessas

duas oportunidades, contrariando regras não escritas e pesadas tradições, a Diretoria da Fiesp foi disputada por mais de uma chapa, trazendo a público os fracionamentos empresariais existentes, ocupando as páginas da imprensa e forçando os contedores a explicitar suas concepções de mundo e seus programas políticos.

Foi com esse foco que a pesquisa analisou as publicações periódicas da Fiesp — *Indústria e Desenvolvimento*, *Revista da Indústria* e *Notícias*. Com periodicidades oscilando entre semanal e trimestral, tais publicações, juntamente com os estudos e documentos divulgados pela entidade, forneceram uma fonte insubstituível e um importante ponto de partida para a investigação. Explícita ou implicitamente, elas informam os temas que o empresariado considerava relevantes, formatando a agenda empresarial. Adotar essas publicações como importante fonte de pesquisa não devia, entretanto, levar a uma atitude acrítica ou ingênua. Cotejar minuciosamente as informações obtidas com outras fontes não é praxe entre os jornalistas, mas deveria ser entre os cientistas sociais. Duas observações a esse respeito.

Primeiro, é de perguntar, como mais de uma vez foi feito, a respeito da relevância dessas publicações como fonte de pesquisa. Elas refletiam de fato as posições existentes no interior da Diretoria da Fiesp ou, apenas, a opinião de assessores, jornalistas, consultores ou diretores técnicos envolvidos na sua elaboração? Ora, muito embora não possa ser atribuído ao empresariado tudo o que é produzido por esse corpo de assessores, existe entre estes e aqueles uma relação na qual se pode identificar uma “dupla hermenêutica”, ou seja, uma interpenetração dos quadros referenciais de ambos, mediada pelo seu grau de autoconsciência. Assim, muito embora o corpo de assessores técnicos contribua para a formação da opinião empresarial, nunca é demais lembrar que ele é contratado e também demitido por esse mesmo empresariado a partir de suas próprias opiniões. Pode-se, assim, esperar um grau de afinidade elevado — embora não absoluto — entre o que é expresso nessas publicações e as opiniões dominantes no interior do empresariado industrial.

Segundo, é preciso perceber os limites inerentes a essas publicações. Como porta-vozes oficiais da Diretoria da Fiesp, não dão conta da riqueza do debate que se desenvolve em seu interior durante o período estudado. Elas dizem respeito, geralmente, apenas às posições que em dado momento eram preponderantes. As vozes discordantes raramente en-

contravam nelas lugar. Mas tais publicações forneciam uma linha de referência a partir da qual outras fontes eram acessadas de modo a permitir a comparação e o confronto entre as diferentes opiniões.

As fontes complementares mobilizadas para acompanhar a trajetória da Fiesp no período estudado se encontravam na imprensa de negócios. Por imprensa de negócios entendem-se os jornais *Gazeta Mercantil*, os suplementos de economia dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S.Paulo*, e a revista *Exame*, além de outras publicações de importância marginal para a presente investigação.

As mesmas observações feitas anteriormente cabem com maior ênfase aqui. Afinal, qual a confiabilidade dessas publicações? Causa estranheza que pesquisadores profundamente críticos dos meios de comunicação utilizem amplamente como fonte a imprensa de negócios, sem nunca se perguntarem sobre a adequação prática dessa fonte.

A pergunta, explicitada por Beth Mintz e Michael Schwartz (1985) em seu estudo sobre a estrutura de poder das empresas norte-americanas, recebeu por parte desses pesquisadores uma solução adequada. Os autores selecionaram os veículos que lhes serviriam como fonte de pesquisa entre aqueles que, além de apresentar a cobertura mais ampla, eram os mais influentes entre as comunidades de negócios. Depois de testar as informações publicadas por essa imprensa em alguns episódios-chave, sobre os quais haviam recolhido informações por meio de outras fontes, chegaram à conclusão de que ela era mais confiável do que a maioria dos meios de comunicação de massa. Despretensiosamente, os autores argumentaram que isso se devia, provavelmente, à relação recursiva existente entre tal imprensa e seus leitores: sua principal audiência eram os indivíduos cujas atividades são notícias nesses jornais⁴.

Por fim, para estudar as transformações ocorridas no nível da “elite dirigente” da Fiesp, ao longo das décadas de 1980 e 1990, fazia-se necessário montar um banco de dados com informações sobre empresas, sindicatos e empresários. Era necessário também perseguir, com o auxí-

4 Teste similar foi realizado nesta pesquisa, comparando a cobertura das revistas *Isto É* e *Exame* das eleições de 1992 na Fiesp. Mais sóbria e menos engajada na campanha de uma das chapas, a revista *Exame* não se impressionou com as pesquisas que apontavam para uma vitória da chapa de oposição no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), como fez a *Isto É*. As fontes de *Exame* lhe indicavam que, no fim das contas, prevaleceria o peso da máquina situacionista e um desejo de renovação moderada. Acertou, como será visto na parte 4.

lio da imprensa de negócios e das publicações da Federação, a trajetória dessas lideranças na conjuntura, bem como a dos diversos projetos das quais elas eram suportes. Na conjuntura esses projetos eram definidos, explicitados e entravam em conflito entre si. Os alinhamentos e realinhamentos tendiam a se concretizar em torno de problemas sentidos de maneira mais imediata pelos empresários. Isso não quer dizer que as respostas a eles fossem imediatistas. Um mesmo problema podia suscitar respostas que se colocam nos diferentes níveis da análise projetiva.

Grosso modo, esses foram os problemas de pesquisa, as hipóteses e as estratégias metodológicas que foram mobilizadas na pesquisa. O livro que o leitor tem em mãos é uma reconstrução sintética dessa trajetória. Reconstrução por duas razões. Primeiro, porque o ato da escrita é um ato de produção no qual aparece a contradição existente entre os meios materiais da pesquisa científica e as relações sociais das quais o investigador participa. As normas da etiqueta acadêmica, as diretrizes das agências financiadoras e o escrutínio dos pares — ou dos ímpares — exercem aqui seu poder coercitivo, definindo expectativas e impondo limites. Segundo, porque ele é, também, uma recriação. Ordena o material de pesquisa de acordo com critérios científicos e/ou estilísticos, dando-lhe um significado e uma inteligibilidade que não necessariamente estava presente no dado bruto.

A presente obra está dividida em cinco partes, que podem muito bem ser lidas de maneira independente, muito embora o sentido subjacente só possa ser apreendido por quem passar pelo calvário da parte 1, na qual são explicitadas as opções teóricas que nortearam a pesquisa. Tais opções enfatizam a necessidade de adotar um enfoque relacional para o estudo do associativismo empresarial. Nesse enfoque, as formas associativas do capital (e dos capitalistas) são o resultado de relações de forças sociais que motivam a agregação de interesses antes dispersos e, até mesmo, conflitantes, bem como da capacidade de liderança de certos intelectuais.

Existem riscos inerentes a essa primeira parte do trabalho. Um deles referente a seus propósitos. Não se trata de uma revisão bibliográfica sobre o tema, muito embora ela seja feita, e sim de apresentar um enfoque alternativo para o estudo do associativismo empresarial que demarca fronteiras com influentes teorias. O outro é o de transformar esses capítulos iniciais em uma declaração de princípios que depois seria abandonada ao longo do texto. Para enfrentar esses riscos, era necessário

que as partes seguintes nas quais se desdobra este texto colocassem à prova as formulações teóricas iniciais.

A parte 2 discutirá o processo de constituição do complexo Fiesp–Ciesp a partir do final da década de 1920, destacando as intrincadas relações dos industriais paulistas com as demais frações da burguesia, o Estado e as classes subalternas. Discutir a gênese do complexo Fiesp–Ciesp tornava-se necessário porque nela foram definidos certos arranjos institucionais que marcaram, posteriormente, a ação coletiva desses sujeitos históricos.

As eleições de 1980 para a Fiesp e o Ciesp serão discutidas na parte 3. Primeira disputa para o comando das duas entidades realizada entre duas chapas, a eleição tem sido considerada como um importante momento da renovação da ação coletiva empresarial. Era importante, entretanto, colocar à prova essa afirmação, revelando as forças sociais que se faziam presentes nessa disputa e os projetos dos quais elas eram portadoras. As estratégias de investigação e exposição adotadas nessa parte mostrarão que não bastava revelar as forças em presença. Era necessário, também, percebê-las em movimento, ou seja, agindo em determinadas conjunturas e criando os ambientes institucionais necessários para tal ação.

Na parte 4 será discutida a crise do modelo desenvolvimentista que havia sido abraçado pelo empresariado industrial e a construção de uma alternativa neoliberal. Ao contrário do comumente aceito, o projeto hegemônico neoliberal não era consensual no empresariado industrial, e as oposições que se manifestavam iam muito além de resistências econômico-corporativas. As eleições de 1992 para a Fiesp e o Ciesp foram um importante momento desse conflito projetivo e da construção de uma alternativa capitalista à crise do capitalismo. A análise das forças sociais articuladas em cada uma das chapas concorrentes permitiu identificar o fracionamento existente no interior do empresariado industrial e o complexo jogo de forças que resultou na adesão, em dado momento, dos industriais paulistas a esse projeto hegemônico restrito.

Por último, a parte 5 apresenta, de modo sintético, a consolidação de um projeto liberal no interior da Fiesp durante os anos 1990. Fortemente marcada pelos embates que haviam tido lugar anteriormente, essa consolidação não deixou de ser, ela própria, contraditória. Os confrontos entre uma versão desenvolvimentista e outra ortodoxa do neoliberalismo atravessaram toda a década, definindo as linhas sobre as quais a entidade patronal assentou sua posição.